

Alvar. d'un
1.7.08
F

A Lesson
1.7.08
F
Alegre

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

No próximo dia 4 de Julho a cidade da Horta completa 175 anos. Com efeito, foi a 4 de Julho de 1833 que “o subprefeito interino da comarca, na qualidade de provedor do concelho daquela Vila (Horta)”, Dr. António José d’Ávila – futuro duque d’Ávila e Bolama –, numa deslocação que fez à cidade do Porto, conseguiu obter do regente do reino e duque de Bragança D. Pedro, o decreto que elevou a Horta à categoria de cidade.

A história próxima do processo de elevação da Horta de Vila a Cidade começa em 1832. Era Presidente da Câmara António José d’Ávila, “um rapazola de vinte e quatro anos, numa época em que somente os notáveis da terra, por sua idade, nobreza e haveres, é que ascendiam às cadeiras municipais” (Marcelino Lima).

A sua acção como Presidente da Câmara e, sobretudo, a forma como soube utilizar esse cargo para ganhar a consideração de D. Pedro nas curtas estadas deste no Faial, no decurso de 1832, foram decisivas para a obtenção do alvará de 4 de Julho de 1833, que elevou a Horta à categoria de cidade.

Com efeito, pouco mais de dois meses depois de ser colocado à frente do governo do Faial, a 24 de Dezembro de 1831 António José d’Ávila enviou à Rainha D. Maria um extenso relatório sobre a situação e carências mais urgentes dos faialenses. Nele referenciava “a falta de instrução pública”, “a escandalosa cobrança do dízimo das batatas”, o “estado deplorável, indigno” dos “tristes expostos”, e propunha o estabelecimento de aulas para aprendizagem das primeiras letras em todas as freguesias da ilha, a abolição do dízimo sobre a cultura da batata e a libertação de fundos para acudir às despesas com os expostos.

Ao longo do primeiro semestre de 1832, António José d’Ávila, antevendo a necessidade de recrutar homens para integrar o contingente liberal para lutar no Continente, desenvolveu esforços persistentes para motivar o aparecimento de voluntários para a causa, armando-os e treinando-os: o resultado foi invejável – dos 7.500 “bravos do Mindelo”, cerca de 1.000 eram faialenses. (cfr. Marcelino Lima)

Correspondendo à vontade de D. Pedro, nos primeiros meses de 1832, António José d’Ávila empenhou-se na preparação do arsenal da marinha na baía da Horta, destinado à construção e reparação de algumas embarcações que depois integraram a esquadra liberal, mobilizando subscrições e mão-de-obra para a rápida execução do que era necessário.

Entretanto, D. Pedro, no âmbito dos trabalhos de acompanhamento da futura expedição militar, anunciou a sua vontade de se deslocar à Horta, competindo à Câmara a preparação da recepção.

A esquadra de D. Pedro fundeou no Faial a 6 de Abril de 1832 e a 7, um sábado, sob as girândolas que subiam no ar e o som dos sinos das igrejas a repicar, o Imperador e a sua comitiva desembarcaram em terra. Esperavam-no as autoridades civis e religiosas e, à frente delas, o jovem Presidente da Câmara que logo proferiu um discurso de boas-vindas, “enérgico e patriótico que todos admirámos”, como confessou nas suas memórias o acompanhante de D. Pedro, Marquês da Fronteira e Alorna.

Estava criada a empatia com a comitiva. Seguiu-se o cortejo, através das ruas “apinhadas de povo que havia descido à vila, de várias freguesias da ilha” até à casa do morgado José Francisco da Terra Brum (local onde actualmente está o edifício da Sociedade Amor da Pátria), que hospedou D. Pedro.

À noite, a comitiva foi presenteada com um lauto banquete e baile memorável na casa de Terra Brum, onde D. Pedro “simpatizando sobremaneira com o moço sagaz e instruído” (Marcelino Lima), foi sabendo da boca de Ávila a situação da ilha, dos seus anseios e necessidades mais prementes.

A 8 de Abril, “ Domingo da Paixão, o Imperador recebeu as autoridades civis, militares e eclesiásticas, bem como a nobreza e as corporações religiosas. Ao almoço voltou a encontrar-se com Ávila e com toda a vereação. De tarde, das janelas do seu Paço improvisado, assistiu à procissão religiosa do ‘Triunfo’, uma tradição pascal na Horta. À noite houve baile de gala (...) em casa dos Dabney.” (José Miguel Sardica)

Nos dias seguintes, D. Pedro e comitiva visitaram o arsenal, acompanharam os trabalhos de preparação em curso, passaram revista ao Batalhão de Voluntários e assistiram a manobras militares no castelo de Santa Cruz. Trataram igualmente de recolher informações várias que foram, depois, objecto de relatórios escritos feitos por António José d’Ávila sobre, nomeadamente, o arsenal, a situação fiscal e comércio da laranja e sobre a criação e manutenção das guardas nacionais.

A 11 de Abril, a comitiva deixou o Faial. D. Pedro regressou ainda mais uma vez a esta ilha, a 22 e 23 de Maio, para proceder a uma última vistoria às embarcações em beneficiação no arsenal.

Entre D. Pedro e Ávila cimentara-se já uma relação forte e de recíproca empatia. D. Pedro “adivinhou nele um homem aproveitável para o serviço do país” (Augusto Ribeiro) e Ávila, pela competência e fundamentação com que defendia as suas ideias e projectos e pela capacidade que demonstrou em mobilizar a população da sua ilha no apoio à causa liberal, soube criar em D. Pedro um indelével sentimento de gratidão, resultado de um misto de difícil destriça, entre a intervenção pessoal de Ávila e a dos faialenses como comunidade no expressivo apoio dado à preparação da expedição liberal de 1832.

Por isso, quando, em 4 de Julho de 1833, D. Pedro e Cândido José Xavier rubricaram o alvará do Ministério dos Negócios do Reino que concedia, a pedido expresso de António José d’Ávila, a elevação da vila da Horta à categoria de cidade, faziam-no sobretudo para premiar e distinguir aqueles que, no ano anterior, o tinham apoiado e eram agora merecedores de uma mercê de gratidão.

Mas faziam-no também no contexto dos equilíbrios que foi sendo necessário construir para enfrentar a rivalidade e as desinteligências entre as ilhas. Seis dias depois do decreto que dividia os Açores em duas províncias (a Oriental – S. Miguel e Santa Maria –, e a Ocidental – abrangendo as restantes sete ilhas, com capital em Angra) e que deixava, por essa via, o Faial novamente sob o domínio de Angra do Heroísmo), a concessão do alvará de 4 de Julho de 1833 foi também uma contrapartida para atenuar esta “menorização” do Faial no novo arranjo administrativo.

Em qualquer dos casos, como se conclui, D. Pedro, elevando a Horta à categoria de cidade, não confirmava uma promoção administrativa baseada em fundamentos económicos, demográficos ou jurídicos: antes, premiava uma comunidade que o tinha acolhido com particular simpatia, concedia uma mercê pessoal ao correligionário António José d’Ávila e abafava qualquer descontentamento que as recentes alterações administrativas pudessem causar.

A nova cidade da Horta era, sem dúvida, em muitos aspectos ainda uma vila. Mas nada disso interessava para a alma dos faialenses e, sobretudo, para a auto-satisfação de António José d’Ávila que, aos 25 anos de idade, obtivera para a sua terra natal o desejado título de cidade, feito a que os seus conterrâneos souberam sempre ser gratos. (cfr. José Miguel Sardica).

Cento e setenta e cinco anos depois, desenha-se para a cidade da Horta e para a ilha do Faial, uma encruzilhada de opções que exigem uma liderança esclarecida, suportada numa visão estratégica do nosso futuro, capaz de agregar vontades, ultrapassar divergências menores,

construir consensos, partilhar decisões e saber olhar mais longe e mais distante sem o prisma deformador dos interesses imediatos e conjunturais.

Cento e setenta e cinco anos volvidos podem sempre questionar-se opções e resultados, mas permanece a inabalável confiança na capacidade das gentes da Horta em encontrar as melhores respostas para os novos tempos.

Na confiança e no optimismo desta certeza alicerçada no seu passado secular, os Deputados signatários, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de congratulação pelo centésimo septuagésimo quinto aniversário da elevação da Horta à categoria de cidade.

Mais se propõe dar deste voto conhecimento à Câmara Municipal da Horta e à Assembleia Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 01 de Julho de 2008

Os Deputados Regionais

João Nunes de Castro

Juliano

R.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	2289 Proc. Nº 27-07
Data:	08 / 07 / 08